

O naturalismo de Aluísio Azevedo: produção jornalística e romanesca

LUCIANA UHREN MEIRA SILVA

Mestre em Literatura e Crítica Literária pela PUC-SP; professora do Ensino Médio da rede particular de São Paulo. e-mail: luciana_uhren@yahoo.com.br

Resumo: o presente artigo tem por objetivo expor as condições históricas e sociais que propiciaram a divulgação dos ideais positivistas e da literatura naturalista no Brasil. Considerada como maior expoente do naturalismo, a obra de Aluísio Azevedo é explorada no segmento jornalístico e, principalmente, no romance inaugural naturalista *O Mulato*. A partir do panorama histórico até a produção literária propriamente dita de Azevedo, faremos uma reflexão sobre a força dos aspectos sociais e das estéticas europeias na obra de tão expressivo autor.

Palavras-chave: Naturalismo; Aluísio Azevedo; jornalismo; romance.

Abstract: This article aims to explain the historical and social conditions that enabled the dissemination of positivist and naturalist literature in Brazil. Took for granted as the greatest exponent of naturalism, Aluísio Azevedo's work is explored in the newspaper segment, and especially in the inaugural naturalist novel *O Mulato*. From the historical background up to the literary production by Azevedo itself, a thoughtful reflection is going to be stimulated about the strength of social and European aesthetic of the work by this expressive author.

Key-words: Naturalism; Aluísio Azevedo; journalism; novel.

Panorama Histórico

O Naturalismo como expressão literária aconteceu em um período muito particular na história. Durante o século XIX, diversas mudanças agitaram os meios científico, econômico e social. A Europa, centro cultural e econômico de então, passou por uma era de crescimento nas ciências – que deveria servir a objetivos práticos – impulsionado pela busca da multiplicação dos bens e acúmulo de riquezas. Diversos cientistas pautaram seus estudos nos meios de conservação de itens que pudessem ser comercializados em lugares distantes de onde eram produzidos.

A ciência experimental ganhou forças nos mais variados campos de pesquisa. O médico francês Claude Bernard iniciou os estudos da “medicina experimental”, propondo uma unidade entre o mundo vegetal e o animal. Muito foi pesquisado e descoberto a respeito dos organismos microscópicos com Pasteur e Koch.

No domínio das ciências naturais, uma revolução fora iniciada a partir dos estudos realizados por Charles Darwin que, em 1859, lançou o livro *Origem das espécies*, cujo objetivo era demonstrar a transformação constante a que estão sujeitos os seres vivos. Segundo Darwin, tais transformações fazem parte de um processo natural e histórico e apenas os indivíduos mais adaptados ao meio sobrevivem à seleção natural das espécies.

A concepção de sobrevivência do mais forte universaliza-se e diz respeito aos

mais variados domínios, inclusive afeta a luta ideológica travada entre burguesia e proletariado. A ascensão do proletariado concentrava-se nas grandes cidades e impulsionou esta classe para a organização contra os excessos na exploração da mão de obra. Em diversos países – como Inglaterra e França – aconteceram movimentos grevistas intensamente reprimidos pelos donos dos meios de produção. A burguesia, por sua vez, lutava contra o perigo do movimento operário ferindo os princípios liberais de sua fase inicial de estabelecimento.

Na área das humanidades, pode-se destacar a especialização da sociologia com os métodos de pesquisa propostos por Émile Durkheim e a divulgação da filosofia positivista de Auguste Comte. A filosofia positivista seria a nova religião do século: haveria total renúncia à descoberta da origem das coisas – o “porquê” – para privilegiar a observação das leis naturais e a experiência – ou o “como” se dão as coisas.

O espírito positivo, segundo Comte, instaura as ciências como método de investigação do real, do certo e indubitável, do precisamente determinado e do útil. Nos domínios do social e do político, o estágio positivo do espírito humano marcaria a passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios e cientistas, e do poder material para o controle dos industriais. O filósofo deixou registrados os princípios norteadores de seu pensamento no *Cours de philosophie positive* (1830-1842):

O caráter fundamental da filosofia positiva é tomar todos os fenômenos como sujeitos as leis naturais invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível constituem o objetivo de todos os nossos esforços, considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas causas, sejam primeiras, sejam finais [...] não temos de modo algum a pretensão de expor as causas geradoras dos fenômenos [...]. Pretendemos somente analisar com exatidão as circunstâncias de sua produção e vinculá-las umas às outras, mediante relações normais de sucessão e de similitude (COMTE, 1996, p. 26).

Outro pensador – filósofo, historiador, crítico e ensaísta – influente foi Hippolyte Adolphe Taine. Segundo sua teoria, exposta no prefácio de *Histoire de la littérature anglaise* (1864), três fatores servem de base para explicar e determinar o espírito humano: a raça (hereditariedade), o meio social e o momento histórico. Tal lei, comum para os produtos do espírito e para os fatos históricos, constituiu o determinismo geográfico, biológico e sociológico que caracterizou de modo geral a filosofia do final do século XIX.

Taine dizia-se positivista no sentido de ser apegado às coisas provadas, visíveis, facilmente percebidas e dotadas de uma lógica formal. Segundo ele, todos os fatos, sejam físicos ou mentais, têm suas causas que são passíveis de observação e estudo. Lemos em *Philosophie de l'art* (1865):

Assim como há uma temperatura física que, por suas variações, determina o aparecimento de tal ou tal espécie de plantas, assim também há uma temperatura moral que, por suas variações, determina o aparecimento de tal ou tal espécie de arte. E, do mesmo modo que se estuda a temperatura física para compreender o aparecimento de tal ou tal espécie de plantas, [...] é preciso estudar também a temperatura moral para compreender o aparecimento de tal espécie de arte [...] As produções do espírito humano, como as da natureza viva, só por seu meio se explicam (TAINÉ, 1944, p.17).

Dessa forma, Comte e Taine difundiram a ideia da onipotência do ambiente: o corpo e o espírito do homem atuam sob o condicionamento total da ordem da natureza.

O cientificismo também encontrou lugar na literatura. Sua expressão mais evidente foi o Naturalismo teorizado por Émile Zola em *Le roman expérimental* (1880). Zola adaptou os estudos de Claude Bernard para a escrita do romance experimental. Também cedeu lugar às teorias de Taine e Comte.

Segundo Zola,

o romancista é feito de um observador e de um experimentador. Nele, o observador apresenta os fatos tal qual os observou, define o ponto de partida, estabelece o terreno sólido no qual as personagens vão andar e os fenômenos se desenvolver. Depois, o experimentador surge e institui a experiência, quer dizer, faz as personagens evoluírem numa história particular, para mostrar que a sucessão dos fatos será tal qual exige o determinismo dos fenômenos estudados (1982, p. 31).

A experiência nada mais é do que a observação provocada. Assim sendo, o romancista observa a natureza, lança uma hipótese sobre os determinismos que provocaram uma reação e, em seguida, coloca as personagens de seu romance em situação de experimentação que o leve a provar a hipótese inicial. Dessa forma, o romancista sai em busca de uma verdade.

Zola apoia-se na teoria dos três fatores de Taine – raça, meio e momento histórico – para fundamentar as ações das personagens em situações propostas pelo romancista. As personagens agirão, portanto, de acordo com esses três determinismos. Mas, nem por isso a literatura naturalista se torna tão arbitrária a ponto de encerrar em si mesma a observação e a experimentação do real. Para seu idealizador, o romancista analisa o homem em sua ação individual e social a fim de expor aquilo que há de ruim, ou que atrasa a evolução da sociedade, e dessa maneira, trabalha para a melhoria do estado social.

Sendo assim, os males da sociedade seriam comparados aos males do organismo vivo. Quando um órgão no corpo não vai bem, conseqüentemente, outros serão afetados. O mesmo se dá com a sociedade. Se uma parte do organismo social se degenera, todas as demais sofrem. Cabe ao romancista tentar encontrar o determinismo que levou uma ferida grave a ser aberta para melhorá-la e trabalhar para o bem-estar social geral. Porém, o determinismo está longe de ser um fatalismo, pois é possível que um indivíduo lute para mudá-lo. Tal ação provoca as mudanças sociais que se processam ao longo dos tempos.

O objetivo do romancista naturalista é ser mestre dos fenômenos dos elementos intelectuais e pessoais para poder dirigi-los. E para que isso seja possível, é necessário que nada escape ao seu olhar atento. Tudo o que há na natureza é passível de estar presente em um romance. O escritor deve voltar sua atenção para o mundo que o cerca e usar a objetividade do cientista para descrever o real. E o que prevalecerá de tal observação é a autoridade dos fatos observados.

O trabalho do artista se aproxima do trabalho do cientista quando ele coloca-se diante da natureza ou de um fato social, e tem uma ideia que pressupõe uma pesquisa dos determinismos envolvidos na questão a ser desenvolvida. Para Zola,

o romancista experimentador é, portanto, aquele que aceita os fatos provados, que mos-

tra, no homem e na sociedade, o mecanismo dos fenômenos que a ciência domina, e que faz o seu sentimento pessoal intervir apenas nos fenômenos cujo determinismo ainda não está de forma alguma fixado, procurando controlar o mais que puder seu sentimento pessoal, esta ideia a priori, pela observação e pela experiência (ZOLA, 1982, p. 75).

Logo, os parâmetros científicos, políticos e ideológicos europeus encontraram partidários brasileiros atentos aos ventos da mudança, e os ideais já estabelecidos de República, abolicionismo, Iluminismo, libertação filosófica, emancipação política e social começaram a ser veiculados entre a intelectualidade brasileira.

O momento era propício: a extinção do tráfico negreiro em 1850 contribuiu em grande parte para a decadência da economia açucareira. Aliado a isso, a chegada de imigrantes europeus ao longo das décadas de 1870 e 1880 e a formação de uma sociedade urbana que se preparava para a industrialização contribuíram para a busca de modelos de regime democrático nos Estados Unidos e, principalmente, na França. Dado o movimento de imigração, o Partido Republicano (1870) trabalha em prol da substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra do homem livre, visando o lucro e o capitalismo. O prestígio social já não estava mais nas mãos da aristocracia rural, o eixo de importância nacional mudara-se para o Sul do país e uma nova classe urbana começava a demonstrar seus anseios.

A geração de pensadores e intelectuais brasileiros que presenciou toda essa agitação enfatizava as principais exigências da sociedade como a modernização das estruturas políticas nacionais e a elevação dos níveis cultural e material da população. Os modelos europeus, por sua vez, apresentavam-se como uma resposta aos anseios desses produtores culturais, dentre eles, o próprio Aluísio Azevedo. O engajamento nas causas que visavam ao progresso do país tornou-se a condição ética para o homem de letras da época. Nesse contexto, o naturalismo seria a expressão literária que possibilitaria apontar os determinismos sociais que deveriam ser combatidos pelas autoridades instituídas a fim de que o progresso social fosse promovido, tal como afirmava Zola em sua teoria.

Dessa maneira, as correntes de pensamento francesas eram disseminadas entre a jovem intelectualidade do país por meio das academias e escolas, tais como as escolas jurídicas de São Paulo (fundada em 1827) e de Recife (1854), bem como a Faculdade de Medicina da Bahia (1815) e a Academia do Rio de Janeiro. A inspiração para os que lutavam contra as tradições e o espírito da monarquia, bem como a influência religiosa na vida social e política, pautavam-se em teóricos como Comte, Taine, Spencer e Darwin, que tinham seus pensamentos divulgados também pelas lojas maçônicas. Livros eram traduzidos e passados de mão em mão, fazendo parte até mesmo de bibliotecas de padres mais liberais.

Jornais e revistas foram decisivos para a divulgação das teorias positivistas e evolucionistas, bem como da produção literária da época. A *Revista Brasileira* (que contou com a participação de Machado de Assis e Sílvio Romero) e a *Gazeta de Notícias* difundiram as teorias da escola naturalista. Zola fora divulgado pela imprensa do Rio de Janeiro, e as notícias espalhavam-se pelo interior do Brasil, inclusive no Maranhão. Filósofos deterministas e evolucionistas foram traduzidos e publicados nos jornais em forma de folhetins.

Com diferença cronológica de menos de um mês, a burguesia do interior do Brasil não desconhecia o que se passava em Lisboa e em Paris. As polêmicas em torno da obra de Eça de Queirós foram largamente difundidas, inclusive no que diz respeito

à “Questão Coimbrã” e ao debate entre românticos e realistas. Também no Maranhão, os jornais *O Futuro* e *O Pensador* difundiram os ideais positivistas, e a obra de Flaubert fora publicada pela *Pacotilha* no final de 1880.

Outros acontecimentos marcaram a sociedade brasileira com mudanças fundamentais: em 1870 houve a fundação do Clube Republicano e do jornal *A República*; em 1871 a criação da Lei do Ventre Livre; em 1889, a instituição da República; e em 1891, a primeira Constituição Republicana.

Somados a esses fatos, outros de menor repercussão obtiveram sua importância nas profundas mudanças sociais ocorridas no país: o desenvolvimento da imprensa, a passagem da fase artesanal para a industrial, a fundação e permanência de diversos jornais, a ampliação da rede ferroviária e a expansão do uso do telégrafo que reduzia as distâncias entre os núcleos de população e estreitavam os contatos com o exterior.

Em meio a tantas mudanças sociais e políticas, um novo personagem surge na sociedade – principalmente nos centros urbanos: o mestiço. Filhos de negras com brancos senhores rurais, os mestiços procuram ascensão na vida social, política e intelectual nas cidades. Filhos ilegítimos de grandes senhores brancos, muitos dos mestiços receberam educação na Europa ou nas academias brasileiras de educação europeia. Valorizavam a cultura e os costumes europeus – o que se refletia na vestimenta, no uso de chapéus, sapatos, perfumes e todo um aparato do homem europeu moderno. Eles pretendiam um país independente e republicano. Tomavam contato com escritores e padres maçons que propagavam as novas teorias de Liberdade, Estado, Direitos do homem e de Contrato Social.

A presença desses homens intelectuais e mestiços na sociedade representava a decadência do patriarcado rural e a valorização da burguesia em ascensão. Tipicamente urbano, o bacharel mestiço conseguia ascensão social por meio de casamentos com moças ricas ou de família tradicional, e assim, chegavam até mesmo a ser deputados da Corte ou ministros do Império.

Embora ocupassem um lugar de destaque na vida das cidades, segundo Gilberto Freyre, e as cidades maiores fossem “o paraíso dos mulatos” ou o meio ambiente ideal para a ascensão daqueles com saberes acadêmicos e políticos (Freyre, 1990, p. 606), os mestiços sofriam discriminação e preconceitos de branquidade. Apesar da grande cultura e da ilustração, muitas vezes, quando voltavam da Europa, não conseguiam total integração social. Viviam entre ser admirados pela erudição e banidos pela ascendência ou histórico familiar.

De qualquer forma, a urbanização do mestiço – ou mulato – deu-se de maneira mais rápida que a do negro livre, pois a tendência era a aceitação social maior dos indivíduos de pele mais clara e de aparência europeia. A nova organização social e política do Brasil, que começou a se fortalecer durante o século XIX, serviu de panorama propício à difusão dos ideais europeus, da busca do progresso e de uma literatura que expressasse a real situação brasileira.

Durante esse período importante de transformações sociais, políticas e culturais, o escritor maranhense Aluísio Azevedo introduziu em nossa literatura a estética dos naturalistas franceses.

Aluísio Azevedo e a divulgação dos ideais positivistas

Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo nasceu em 1857 na cidade de São Luís do Maranhão. Sua formação como homem de letras deu-se em um ambiente de deca-

dência da província causada pela manutenção do sistema falido de escravidão e pelas condições de verdadeira escravidão branca a que eram submetidos os recém-chegados imigrantes europeus. Proprietários rurais e imigrantes ficavam a mercê de antigos comerciantes portugueses que lucravam agindo como agiotas em troca de bens hipotecados. Os lucros obtidos por esses comerciantes, por sua vez, não eram aplicados na província, antes eram mandados a Portugal como garantia de mais lucros. Assim, a sociedade provinciana se aprofundava cada vez mais em seu atraso em relação aos centros urbanos.

Com o objetivo de ampliar seus horizontes culturais e estudar pintura na Imperial Academia de Belas-Artes, em 1876, aos dezenove anos, Aluísio parte para a Corte onde vive seu irmão Artur já por dois anos. Durante os dois anos em que permaneceu no Rio de Janeiro, ele manteve diversas ocupações, entre elas ensinava desenho e gramática portuguesa. Entretanto, ficou mais conhecido pelas caricaturas que passaram a povoar os jornais locais. Publicou suas primeiras caricaturas em *O Figaro*. Nada passava despercebido ao olhar de caricaturista de Aluísio, nem mesmo a vida nos subúrbios do Rio de Janeiro que, mais tarde, em 1890, serviram de temática para seu romance *O Cortiço*.

Nesse período também frequentou um grupo de jovens intelectuais dos quais três talvez tenham exercido grande influência na sua formação intelectual. São eles: Teixeira Mendes – positivista que lutava em prol do estabelecimento da república; Lopes Trovão – futuro deputado republicano; e José do Patrocínio – jornalista abolicionista. Segundo as palavras do estudioso da vida e obra de Aluísio Azevedo Jean-Yves Mérian, “pensamos que no convívio com esses homens, ele aprofundou seu conhecimento da filosofia positivista e fortaleceu suas convicções abolicionistas e republicanas” (1988, p. 96).

Em 1878, com a morte de seu pai, o escritor maranhense retornou para São Luís. Já no ano seguinte começou a escrever no periódico humorístico ilustrado *A Flecha*. Neste mesmo ano publicou seu primeiro romance romântico *Uma lágrima de mulher*. Em 1880 passou a ser um dos redatores do jornal anticlerical *O Pensador*, cujos objetivos eram claros: “combater esse espírito sacerdotal que tanto sangue tem custado à humanidade” (AZEVEDO, *O Pensador*, 30/09/1880 apud MONTELLO, 1975, p. 6) e, no mesmo ano, fundou o *Pacotilha*, o primeiro jornal de circulação diária de São Luís. Nesse período, entre setembro de 1880 e meados de agosto de 1881, aconteceu um importante embate contra os clérigos da província. *Pacotilha* e *O Pensador* foram alvos dos mais severos ataques dos religiosos feitos por meio de um “órgão dos interesses da sociedade moderna” – o jornal católico *Civilização*. A questão tornou-se ainda mais intensa com a publicação, em abril de 1881, de *O Mulato*.

As crônicas jornalísticas foram o espaço encontrado por Aluísio para divulgar seu ponto de vista positivista a respeito daquilo que considerava ser os vícios sociais e preparar o público leitor para a recepção do romance naturalista. Os escritos jornalísticos tanto de *O Pensador* como da *Pacotilha*, serviram para apontar os futuros assuntos que Aluísio abordaria no romance.

Podemos analisar as crônicas divididas em três grandes temas principais: religião, sociedade e formas de expressão artística. A instituição mais atacada foi a Igreja e seus representantes. Em várias crônicas Aluísio expôs não só os ensinamentos da Igreja, que considerava retrógrados, como várias ações suspeitas de padres e do bispo da cidade.

Além disso, atacou o interesse monetário do clero e revelou, na edição de 20 de novembro de 1880 de *O Pensador*, que é esse interesse que move as ações dos eclesiásti-

cos em relação à colônia portuguesa de São Luís. Por várias vezes apresentava os ministros da Igreja como sendo pessoas vingativas, encolerizadas, verdadeiras “máquinas perigosas de realizar coisas do arco-da-velha” (AZEVEDO, apud MONTELLO, 1975, p. 111) e disseminadores do fanatismo que atrasava a sociedade. As descrições físicas apoiavam a condição emocional e moral: tinham cor amarelada, hálito sem frescura, pescoço de frango e língua esverdeada. A cura dos males sacerdotais estaria no trabalho e nos exercícios físicos, que trariam novos humores para os padres. Além disso, o casamento e a constituição familiar fariam com que deixassem seus atos vingativos de lado.

Aluísio também expôs a atitude incongruente com o que pregavam no púlpito. Segundo ele, os padres disseminavam uma má conduta na sociedade, engravidando moças e tirando mães de seus deveres domésticos para passarem muito tempo nas igrejas. Essa influência negativa era mais evidente na vida das mulheres porque viviam sob o domínio patriarcal e, após o casamento, eram subjugadas pelo marido. Portanto, era comum que elas se deixassem dominar também pela autoridade que o religioso tinha naquele modelo social. Uma mulher supersticiosa representava um perigo para a sociedade, pois, segundo as palavras de Aluísio,

[...] o homem, seja o que ele for, [...] nunca é mais do que o desenvolvimento fiel de uma criança, e uma criança [...] é obra exclusiva de quem a educou – as mães, e só elas são as grandes criadoras do bem e do mal, conforme o bom ou o mau estado de seus órgãos e de sua inteligência (AZEVEDO, *O Pensador*, 20/12/1880 apud MONTELLO, 1975, p. 127).

Muitas delas despendiam tempo excessivo nas igrejas e deixavam de cuidar de sua obrigação principal: a educação dos filhos e a organização familiar. Mulheres supersticiosas e ignorantes geravam crianças que levariam seu mau comportamento ao longo de toda a vida, marcando a sociedade com as feridas de uma má criação. Numa crônica a respeito da ausência da apresentação de uma peça de teatro por causa da chuva, Aluísio demonstra claramente sua opinião a respeito da mulher supersticiosa e de sua influência social, nas páginas da *Pacotilha*¹:

Deixou ontem de haver espetáculo por causa da chuva.

Por causa da chuva?! Não! Por causa de nosso gênio maricas, de nossa educação aca-nhada, por causa de nosso temperamento de aranha [...].

É chuveirar um pouco e ali estão desmanchados todos os projetos de passeio que fazem nossas famílias. Uma inglesa, quando tem de sair – sai, por força, porque precisa. A maranhense não – mete-se em casa e... reza! [...]

E quando a chuva é de trovoada?!

Ah! Então é que são elas – as velhas, moças, meninas, negrinhas e o diabo, atravessam a casa em todas as direções, gritam, gesticulam, praguejam, [...] perdem o juiz, até chegarem ao oratório, onde queimam a palha benta, cantam rezas em voz alta e fazem promessas de cera e de ladainhas.

As crianças vão assistindo estes exemplos edificantes e vão se deixando possuir dos mesmos sustos e dos mesmos sobressaltos [...]

Querem as maranhenses um bom conselho?! – Compre um par de galochas, um chapéu de chuva, mas chapéu que sirva, grande, que resguarde o corpo, compre um so-

¹ As crônicas do jornal *Pacotilha* foram consultadas diretamente em microfimes cedidos pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

bretudo de lã e, quando tiver de sair, saia! Com trezentos diabos, que a chuva não quebra os ossos! (AZEVEDO, *Pacotilha*, 16/05/1881).

Além das crônicas, Aluísio usou as páginas de *O Mulato* para expressar suas ideias contra o clero. Tanto é assim que Josué Montello cita as palavras do estudioso Raul de Góis: “O cônego Diogo – símbolo do que o romancista pensa do clero maranhense – [...] serve ao escritor apenas para que extravase, à sociedade, nas ações vis que o faz praticar, o seu anticlericalismo insopitável e tão conhecido já” (MONTELLO, 1975, pp. 49-50).

A caracterização do cônego Diogo é o retrato do clero reproduzido nas páginas dos jornais. Conhecemos o comportamento teatral e falso do cônego durante a missa:

O velho artista, entre uma nuvem de incenso, que nem um deus de mágica, e coberto de galões e lantejoulas, como um rei de feira, lançou, do alto da sua solenidade, um olhar curioso e rápido sobre o público, irradiando-lhe na cara esse vitorioso sorriso dos grandes atores nunca traídos pelo sucesso (AZEVEDO, 1994, p.212).

O romancista, por meio do narrador, relaciona o cônego Diogo com atos cruéis e contra lei. Torna-o responsável pela morte do pai do protagonista – Raimundo – e pela morte do próprio protagonista. Há uma nítida oposição entre o bem – representado por Raimundo e seus ideais progressistas – e o mal – representado pelo cônego Diogo e sua má influência de “velho lobo da religião”. Se, por um lado, o cronista adota uma postura de crítica aberta – até mesmo citando nomes de padres – por outro, o narrador apresenta uma linguagem mais sutil e descritiva de Diogo.

Aluísio adota uma postura incisiva e forte não só contra os clérigos maranhenses, mas também contra a sociedade de um modo geral. Diz o estudioso Mérian:

Através do olhar de Raimundo, é o espírito crítico de Aluísio que transparece. O tédio que reina na burguesia ignorante e medíocre, os preconceitos contra os mulatos, os maus tratos que sofrem os escravos são expostos longamente e os retratos dos personagens são verdadeiras caricaturas (MÉRIAN, 1988, p. 230).

Se os ensinamentos e a postura da Igreja atrasavam a sociedade, a educação positivista seria o meio de alcançar o progresso. Abordando este segundo tema, Aluísio demonstra os requisitos para a evolução social: respeito mútuo de ideias e crenças, reciprocidade dos direitos dos homens, equilíbrio das camadas sociais e culto à ciência. Considera passado o tempo em que as explicações para os fenômenos naturais eram de ordem divina. O progresso, tão necessário em uma sociedade estagnada como a maranhense e, por extensão, a brasileira, seria alcançado com a criação de bibliotecas públicas, construção de liceus e escolas noturnas e um ensino livre das superstições místicas dos padres. A indústria, o comércio, a lavoura, as experimentações científicas e as artes seriam responsáveis pelo verdadeiro progresso da civilização. Ciência, educação e trabalho, na visão de Aluísio, representavam o tripé da evolução e do progresso. Segundo ele, “por meio do trabalho recebemos, em forma de riquezas, todas as honras, todos os regalos e todo o prestígio que se costumam dispensar aos homens superiores” (AZEVE-

DO, *O Pensador*, 20/01/1881 apud MONTELLO, 1975, p. 146). O tempo do ócio dos aristocratas deveria ser substituído pela geração de homens enobrecidos e que mostram sua genialidade por meio do trabalho.

A cura dos males sociais por meio de uma educação sólida, moderna e positivista, baseada nas ciências naturais tendo por alvo a felicidade comum dos povos também era a tônica das palavras de Raimundo, protagonista de *O Mulato*, em conversa com seu tio Manuel Pescada:

Raimundo [...] afiançou que admirava a natureza e rendia-lhe o seu culto, procurando estudá-la e conhecê-la nas suas leis e nos seus fenômenos, acompanhando os homens de ciência nas suas investigações, fazendo, enfim, o possível para ser útil aos seus semelhantes, tendo sempre por base a honestidade dos próprios atos (AZEVEDO, 1994, p. 147-8).

O protagonista, dessa forma, é apresentado como o lado oposto de Diogo, pois tem a nobreza de caráter que falta ao religioso. Portanto, a mentalidade positivista, defendida pelo cronista e pelo romancista por meio das palavras de sua personagem, deveria estar presente na formação das mulheres, nas escolas e na sociedade de forma geral. A ciência, o trabalho e a procura do bem comum deveriam ser a ordem do dia da nação que almeja seu desenvolvimento e progresso.

Por fim, podem-se considerar as ideias de Aluísio sobre as manifestações culturais: teatro, literatura e pintura. Relata o escritor, na folha *O Pensador* do dia 20 de fevereiro de 1881, que o teatro foi o responsável por ele ter se interessado por pintura e artes plásticas. Quando criança, brincava de encenar com seu irmão Artur Azevedo e desenhava os cenários para as peças – ocupação real anos mais tarde, quando esteve no Rio de Janeiro. Também no teatro aprendeu a formar suas próprias opiniões e a expor suas ideias sem medo do público.

Segundo o autor, embora o teatro seja tão severamente criticado pelo clero, esse é o melhor meio de exercitar a memória e os pulmões, educar o gosto artístico e desenvolver a inteligência. Mas não seria qualquer representação que deveria ocupar lugar nos palcos, apenas aquelas que discutissem questões científicas e sociológicas, em que a sociedade fossa anatomizada e os costumes dissecados. Peças em que “se defende uma tese, combate um preconceito [...] pulveriza um vício” (AZEVEDO, *O Pensador*, 20/12/1880 apud MONTELLO, 1975, p. 130). Dessa forma, o teatro serviria para educar não só os seus atores, mas também os espectadores, pois estariam atentos a todo tipo de acontecimento social.

Nas artes plásticas, destaca que o artista moderno deve recolher os fatos da vida real e transportá-los para a tela ou para a escultura na sua inteireza, sem aperfeiçoamentos ou tentativa de melhorar aquilo que serve de modelo. A pintura moderna “é a pintura da multidão, do cidadão, do homem de trabalho, do primeiro que aparecer” (AZEVEDO, *O Pensador*, 20/12/1880 apud MONTELLO, 1975, p. 94). Nada deve escapar aos olhos do pintor, nem mesmo os temas mais desagradáveis. Com isso, critica a tendência de Vitor Meireles e Pedro Américo de pintar paisagens brasileiras com um caráter europeu em detrimento da verdade dos fatos.

Por ter desenvolvido um olhar atento como pintor e caricaturista, Aluísio apresenta verdadeiras descrições pictóricas em seu romance, não deixando de lado nem mesmo as cenas que exprimiam uma carga emocional negativa. É o que descreve na

passagem em que revela as condições da antiga casa do pai do mulato Raimundo:

Lá dentro a tapera tinha um aspecto nauseabundo. Longas teias de aranha pendiam tristemente em todas as direções, como cortina de crepe esfacelado; a água da chuva, tingida de terra vermelha, deixara, pelas paredes, compridas lágrimas sangrentas que serpeavam entre ninhos de cabas e lagartos; a um canto descobria-se no chão ladrilhado um abominável instrumento de suplício, era um tronco de madeira preta, e os seus buracos redondos, que serviam para prender as pernas, os braços ou o pescoço dos escravos, mostravam ainda sinistras manchas arroxeadas (AZEVEDO, 1994, p. 161).

E sobre a literatura, dizia Aluísio:

A palavra escrita [...] serve hoje para demonstrar um fato, desenvolver uma tese, discutir um fenômeno. O escritor [...] já não escreve para mostrar seu estilo e sim para expor seu modo de pensar sobre qualquer objeto, sobre qualquer questão, sobre qualquer indivíduo (AZEVEDO, apud MÉRIAN, 1988, p. 189).

O artista deveria interessar-se por retratar a sociedade sem a preocupação com o estilo pessoal. A escolha individual marcaria a obra apenas como um perfume, um detalhe. A realidade social ditaria as normas do romance. O escritor moderno daria à sua obra o caráter de modernidade quando se apropriasse das condições filosóficas e positivistas da época. Dessa forma, retrataria a natureza no real estado em que ela se encontrava – mau ou bom – sem alterações, sem mentiras. Ele deveria se transformar em uma espécie de “câmara óptica” na qual todos os objetos seriam fielmente reproduzidos.

Na literatura moderna, portanto, não haveria lugar para sentimentalismos ou para características da estética romântica. O escritor moderno é um homem prático, “hoje todo choramingas é um homem inútil e ridículo” (AZEVEDO, *O Pensador*, 30/11/1880, apud MONTELLO, 1975, p. 118). Mas, algo mais estava envolvido na construção de uma literatura verdadeiramente brasileira, que demonstrasse o caráter nacional:

Só depois de possuímos boa constituição política, bom governo, boa família, boa sociedade, boa ciência, boa indústria, bons costumes e bom caráter, é que teremos boa literatura, porque a literatura de qualquer país nunca foi outra coisa senão a consequência de tudo isso (AZEVEDO, *O Pensador*, 30/10/1880 apud MONTELLO, 1975, p. 96).

Portanto, literatura nacional de qualidade relacionava-se a uma sociedade de qualidade, estabelecida nos conceitos positivistas de progresso e bem-estar social. Educação e cultura, bem como desenvolvimento econômico e social, seriam os pilares da sociedade e, por extensão, da literatura produzida no país.

Além de conhecer e dominar os ideais filosóficos e positivistas de sua época, Aluísio compôs seu primeiro romance naturalista baseado na postura defendida nas folhas dos periódicos maranhenses. Ao ler o romance, é possível perceber que a principal fonte de inspiração para sua composição foi a própria sociedade maranhense – a base da matéria romanesca foi o estudo do meio urbano e rural.

Com o olhar apurado de artista e caricaturista – atividade que exerceu no período em que passou no Rio de Janeiro – Aluísio pôde sintetizar os aspectos sociais que presenciou ao longo de sua infância e adolescência nos meios que frequentou. O autor conhecia bem a comunidade portuguesa e seus comerciantes, pois seu pai ocupou tal ofício antes de se tornar vice-cônsul de Portugal. O próprio Aluísio trabalhou como caixeiro para um amigo da família. O cotidiano das casas comerciais, o tratamento dispensado aos vendedores – em especial ao mais antigo da casa –, o modo como lidavam com escravos, os casamentos por conveniências monetárias, tudo isso fez parte do cotidiano de Aluísio e, está claro, contribuiu para a composição do romance.

A descrição da cidade, que aparece no primeiro capítulo de *O Mulato*, é prova substancial da sua inspiração:

Era um dia abafadiço e aborrecido. A pobre cidade de São Luís do Maranhão parecia entorpecida pelo calor [...]. A Praça da Alegria apresentava um ar fúnebre [...]. A Praia Grande e a Rua da Estrela contrastavam, todavia, com o resto da cidade, porque era àquela hora justamente a de maior movimento comercial. Em todas as direções cruzavam-se homens esbofados e rubros; cruzavam-se os negros no carreto e os caixeiros que estavam em serviço na rua [...] (AZEVEDO, 1994, p. 14-15).

Não só de cenário serviu a cidade. Aluísio demonstrou as relações sociais já desgastadas de uma decadente classe rural – saudosos do poder colonial e conservadores – e uma nova e ascendente classe burguesa formada principalmente pelos comerciantes – adeptos da independência do Brasil e liberais. No seu romance não deixou de explorar o abandono em que se encontravam muitas fazendas e a importância que a cidade passou a ocupar no centro da vida social.

Quaisquer que tenham sido as influências ou fontes de inspiração externas de Aluísio, é certo que o ponto de partida para a constituição de sua obra foi a observação da sociedade maranhense. Nas palavras de Josué Montello, estudioso maranhense da biografia de Aluísio Azevedo, “*O Mulato* se engrandece como o romance de uma cidade. São Luís, como um todo urbano, ganha corpo à medida que se desenvolve a ação romanesca” (MONTELLO, 1975, p. 55).

A realidade das filhas da burguesia que viviam como prisioneiras nos sobrados das ruas de São Luís não foi ignorada pelo autor. A caracterização da protagonista Ana Rosa, como uma moça presa à criação recebida de um pai e uma avó de mentalidade extremamente tradicional, partiu do conhecimento que Aluísio tinha das moças maranhenses. Sobre os familiares e os amigos que cercam Ana Rosa, Mérian comenta: “dona Quitéria, Maria Bárbara, o português Cancela, as famílias da burguesia maranhense são apenas sínteses das características de diversos personagens reais, contemporâneos do romancista ou de parentes dele” (MÉRIAN, 1988, p. 222).

O autor sabia que haveria um grupo feminino de leitoras de sua obra. Então, por meio de Ana Rosa, poderia expor às mulheres de seu tempo os prejuízos causados pela educação que recebiam e pelos costumes que norteavam suas vidas. É possível inferir que “o romance está investido de uma missão que o aproxima do filósofo e do pedagogo, numa obra comum: a elevação dos graus de civilização do povo” (MÉRIAN, 1988, p. 190). Portanto, a exposição dos problemas sociais não é encarada como um rebaixamento da população. Antes, elucida o errado para torná-lo certo, já que não há necessidade de julgar aquilo que não precisa de reparos.

A sua vivência no Rio de Janeiro deu-lhe a oportunidade de comparar a dife-

rença dos pensamentos do meio social da Corte e da província. Apenas para citar como exemplo, Gilberto Freyre, no capítulo de seu livro *Sobrados e Mucambos* – “Ascensão do bacharel e do mulato” – deixou registrado que as cidades maiores se tornaram o paraíso dos mulatos que se formavam bacharéis. A realidade na província, porém, era diversa. Mulatos e negros sofriam com a discriminação racial, preconceitos de branquidade e de sangue. O contraste observado pelo romancista dessas duas realidades tão distintas – parece claro – foi fundamental na caracterização da personagem Raimundo, nos seus tratos com a sociedade maranhense, e no desfecho da trama.

Gilberto Freyre, no já citado capítulo de seu livro, conclui que o romancista nos deixou “em romance, verdadeiro documento humano recortado da vida provinciana de seu tempo [...] meticuloso retrato de bacharel mulato educado na Europa” (1990, p. 592).

O modo de pensar que Aluísio deixou registrado nas páginas de *O Pensador* e da *Pacotilha* entre 1880 e 1881 mostra que a teoria de Taine sobre os determinismos geográficos, biológicos e sociológicos não era por ele desconhecida. É o que se pode inferir de suas declarações a respeito da caridade moderna:

A caridade moderna [...] já encarada pelo lado filosófico, já encarada pelo lado sociológico, não é como metafisicamente diz o nosso bom S. Paulo, uma virtude sobrenatural; muito ao contrário é ela na sociedade moderna uma qualidade suscetível de cultivo e desenvolvimento, e que, nem só reflete nosso caráter individual e nossa educação, como também *está sujeita a todas as leis sociais e fisiológicas que regem nossos costumes e nosso organismo* (AZEVEDO, *O Pensador*, 30/09/1880 apud MONTELLO, 1975, p. 66 [grifo nosso]).

O romancista também tomou contato com a teoria sobre o romance naturalista de Émile Zola. Embora o teórico francês fosse pouco conhecido no Maranhão no final da década de 1870, como nos elucida Mérian, é provável que a ida à corte tenha possibilitado o acesso de Aluísio a tal fonte de informação. Que Aluísio conhecia a obra de Zola é deixado claro por ele mesmo em uma folha da *Pacotilha*. Algumas semanas após a publicação de *O Mulato*, Aluísio reconhecia Zola como “mestre” nas páginas do tal jornal.

Zola considera que, como ser social, o homem não vive isolado. Está inserido num meio que exerce e sofre influências. O teórico comenta que para os romancistas “este meio social modifica constantemente os fenômenos. Aliás, nosso grande estudo reside nisso, no trabalho recíproco da sociedade sobre o indivíduo e do indivíduo sobre a sociedade” (ZOLA, 1982, p. 43).

Na experimentação de deslocar o mulato bem instruído do meio que o instruiu para uma sociedade retrógrada, Aluísio apontou os impactos causados na personalidade desse sujeito por tal sociedade corrompida. E nessa experimentação deixou transparecer seu talento de romancista para além do preceito de Zola de que o talento individual do autor seria apenas como um detalhe que não deveria sobressair na obra.

Também deixou marcas no romance de seu talento como pintor ao realizar descrições minuciosas da paisagem do Maranhão e do olhar atento de caricaturista ao elaborar as personagens secundárias que eram um reflexo da sociedade. Lançou mão de recursos utilizados pelos folhetinistas como a criação de um vilão – representado pela figura do Cônego Diogo – e de um herói de caráter elevado – o mulato Raimundo – para demonstrar sua tese social de que o meio exerce influência sobremaneira nos indivíduos.

Tais características indicam que, em seu romance *O Mulato*, Aluísio Azevedo foi além das propostas teóricas de Zola e deu um colorido especial à sua produção, o que lhe conferiu certo grau de liberdade de pensamento em relação à teorização naturalista. É importante ressaltar que a divulgação de um romance naturalista em uma sociedade estagnada e ainda presa aos velhos hábitos e costumes patriarcais não era tarefa fácil. Assim, ele usou dos recursos disponíveis – a divulgação na imprensa e a introdução no romance de estratégias narrativas já conhecidas pelo público, como no caso citado do folhetim – para atrair a atenção do leitor e propagar uma nova forma de escrever romance.

Embora tenha comentado no prefácio à terceira edição do livro que quando completou sua obra “foi ela que se formou por si mesma, sob o domínio imediato das impressões” (AZEVEDO, 1994, p. 11), é evidente que houve grande preocupação com a composição estética e ideológica do romance. Atento às questões de seu tempo, Aluísio Azevedo desejava contribuir para a construção de uma literatura nacional engajada e que caminhasse em direção ao progresso das letras e da nação como um todo.

Este breve olhar lançado sobre a obra de Aluísio Azevedo, tanto no romance quanto nas crônicas jornalísticas, portanto, demonstra a importância que os conceitos positivistas e deterministas alcançaram na sociedade brasileira do século XIX. Além de uma obra de arte, o autor produziu um retrato do Brasil provinciano e apontou a direção que as novas gerações deveriam buscar: a educação como forma de crescimento social, político e econômico.

Ainda hoje, é possível perceber que os ideais de progresso e do bem comum à humanidade, valores que Aluísio defendeu com uma grande fé positivista, ainda estão por ser estabelecidos em um país que ele tanto descreveu como defendeu nas páginas de seus escritos.

Referências

AZEVEDO, Aluísio. *O Mulato*. São Paulo: Ática, 1994.

COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positivista*. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (“Coleção Os Pensadores”).

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo, vida e obra (1857-1913): o verdadeiro Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

MONTELLO, Josué. *Aluísio Azevedo e a polêmica d'“O Mulato”*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

TAINÉ, Hippolyte. *Filosofia da Arte*. Trad. Helena Barbosa. São Paulo: Edições Cultura, 1944.

ZOLA, Émile. *O romance experimental*. Introdução, tradução e notas de Ítalo Caroni e Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 1982.